



Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

Gabinete do Des. Fábio Eugênio Oliveira Lima

577

AGRAVO NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 0073689-79.2002.8.17.0480 (0221155-4)

RELATOR: Fábio Eugênio Oliveira Lima

AGRAVANTE: Banco Citicard S.A.

AGRAVADO: Hênico Caruso Sampaio Veras

EMENTA: DIREITO DO CONSUMIDOR. CONTRATO BANCÁRIO. REVISÃO DE CONTRATO DE CARTÃO DE CRÉDITO ANTERIOR À EDIÇÃO DA MP Nº 1.963-17. INCIDÊNCIA DE CAPITALIZAÇÃO DE JUROS. INADIMISSIBILIDADE. APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 121 DO STF.

1. A incidência da capitalização de juros - pela qual sobre o débito inicial, que inclui os juros contratados para a fase de normalidade do contrato, incidem novos juros, em decorrência do inadimplemento - só passou a ser admissível nos contratos bancários celebrados a partir da publicação da MP 1.963-17 (31.03.00).

2. Sendo o contrato anterior à edição da MP 1.963-17, incide a Súmula nº 121 do STF, pela qual é vedada a capitalização de juros, ainda que expressamente convencionada.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos da Apelação nº 0221155-4, acordam os Desembargadores da Câmara Extraordinária Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, na conformidade dos votos, notas taquigráficas e demais peças processuais que integram este julgado, por unanimidade, em NEGAR provimento ao agravo, nos termos do voto do Relator Desembargador Fábio Eugênio Oliveira Lima.

Recife, 19 de setembro de 2014.


Fábio Eugênio Oliveira Lima
Desembargador Relator



Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

Gabinete do Des. Fábio Eugênio Oliveira Lima

578

AGRAVO NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 0073689-79.2002.8.17.0480 (0221155-4)

RELATOR: Fábio Eugênio Oliveira Lima

AGRAVANTE: Banco Citicard S.A.

AGRAVADO: Hênico Caruso Sampaio Veras

RELATÓRIO

Cuida-se, na origem, de ação ordinária ajuizada por HÊNICO CARUSO SAMPAIO VERAS em face de BANCO CITICARD S.A., em que se formula pedido de revisão de contrato de cartão de crédito, sob o argumento, em síntese apertada, de que os juros compensatórios cobrados pelo crédito rotativo são ilegais e abusivos. O autor insurge-se, ainda, contra a capitalização de juros e contra a cláusula mandato prevista no contrato, pela qual se permite que o banco financie automaticamente a fatura não paga no vencimento.

A sentença julgou parcialmente procedente o pedido, tão somente, para limitar a taxa de juros aplicada em 6% ao mês e afastar a capitalização, sob o fundamento de que (i) apesar de as instituições financeiras não se submeterem à taxa de juros de 12% ao ano, é abusiva a taxa aplicada *in concreto*, que varia de 8 a 11,30% ao mês e que (ii) é vedada a capitalização de juros, conforme a Súmula 121 do STF.

Irresignada, a parte ré interpôs apelação argumentando que não há cobrança abusiva, uma vez que apenas incidem sobre os contratos os encargos livremente pactuados entre as partes. Aduz, demais disso, que não há limitação para as instituições financeiras na fixação da taxa de juros, tendo sido observada a taxa média do mercado.

Por meio de decisão terminativa, foi dado parcial provimento à apelação, apenas para afastar a limitação dos juros compensatórios imposta na sentença em 6% ao mês.



Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

Gabinete do Des. Fábio Eugênio Oliveira Lima

579

Desta decisão, o BANCO CITICARD S.A. interpôs o presente agravo, sustentando que é possível a capitalização de juros, nos contratos bancários celebrados a partir de 31.03.2000, data da publicação da Medida Provisória 1.967-17/2000. Pugna pela reforma da decisão monocrática, a fim de que seja dado total provimento à apelação.

É o relatório.

Recife, 15 de setembro de 2014.


Fábio Eugênio Oliveira Lima
Desembargador Relator



Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

Gabinete do Des. Fábio Eugênio Oliveira Lima

580

AGRAVO NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 0073689-79.2002.8.17.0480 (0221155-4)

RELATOR: Fábio Eugênio Oliveira Lima

AGRAVANTE: Banco Citicard S.A.

AGRAVADO: Hênico Caruso Sampaio Veras

VOTO

A incidência da capitalização de juros - pela qual sobre o débito inicial, que inclui os juros contratados para a fase de normalidade do contrato, incidem novos juros, em decorrência do inadimplemento - só passou a ser admitida nos contratos bancários celebrados a partir da publicação da MP 1.963-17 (31.03.00). Neste sentido:

CIVIL E PROCESSUAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. EFEITO INFRINGENTE. ACOLHIMENTO. RECURSO ESPECIAL. CONTRATO DE CARTÃO DE CRÉDITO. LIMITAÇÃO DA TAXA DE JUROS. SÚMULA 382 DO STJ. CAPITALIZAÇÃO MENSAL DOS JUROS. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. AFASTAMENTO EM FACE DA COBRANÇA DE DEMAIS ENCARGOS DA MORA.

1. Constatada omissão no acórdão recorrido e afastada a incidência da Súmula 182 do STJ, acolhem-se os embargos de declaração com efeito infringente para reformar o acórdão e conhecer do agravo de instrumento.

2. A jurisprudência desta Corte é pacífica no sentido de que, nos contratos bancários, não se aplica a limitação da taxa de juros remuneratórios em 12% ao ano, e de que não se pode aferir a exorbitância da taxa de juros apenas com base na estabilidade econômica do país, sendo necessária a demonstração, no caso concreto, de que a referida taxa diverge da média de mercado.

3. A capitalização mensal de juros somente é permitida em contratos bancários celebrados posteriormente à edição da MP 1.963-17/2000, de 31.3.2000, e desde que devidamente pactuada.

4. Nos termos das Súmulas 30, 294 e 296 do STJ, a comissão de permanência é inacumulável com os demais encargos da mora.

5. Embargos de declaração acolhidos, com efeito infringente, para reformar o acórdão recorrido, conhecer do agravo e dar parcial provimento ao recurso especial.

(EDcl no AgRg no Ag 704.724/MS, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 20/11/2012, DJe 04/12/2012)



Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

Gabinete do Des. Fábio Eugênio Oliveira Lima

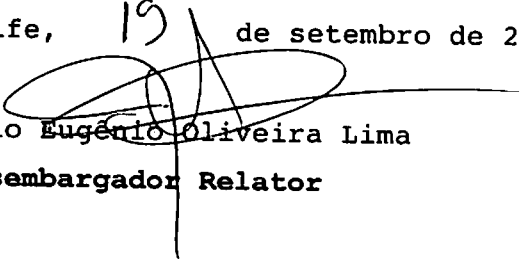
581

É possível citar, ainda, como precedentes: AgRg no AgI nº 1.371.651/RS , REsp 602.068/RS, AgRg nos EREsp 1.041.086/RS.

Na hipótese, considerando que o contrato é datado de 1999, aplicável a Súmula nº 121 do Supremo Tribunal Federal, segundo a qual: "É vedada a capitalização de juros, ainda que expressamente convencionada".

Pelo exposto, voto no sentido de NEGAR PROVIMENTO ao agravo.

Recife, 19 de setembro de 2014.


Fábio Eugênio Oliveira Lima

Desembargador Relator